

Vivendo 1988: Intersecções Entre Ficção e História no Caso do Bicentenário da Austrália

Prof. Dr. Eduardo Marks de Marques¹ (UFPel)

Resumo:

O continente australiano viveu, na década de 1980, um período de intensos debates sobre o papel da história e da historiografia na construção da identidade nacional graças aos preparativos das comemorações do bicentenário da colonização europeia, a acontecer em 1988. A partir desse debate, instigado pelo governo central de orientação trabalhista, questões referentes à exclusão histórica do discurso das minorias na construção da história "oficial" australiana começam a surgir, principalmente, a partir de dezenas de romances históricos que questionam a formação da identidade nacional australiana atingindo, assim, o público-leitor médio daquele país e, democratizando o debate. O presente trabalho almeja colocar o gênero do romance histórico sob uma perspectiva diferente: aquela de um elemento político fundamental para a discussão dos pilares formativos de uma identidade nacional e que culminou na redefinição do que se entende como história australiana.

Palavras-chave: ficção histórica; literatura australiana; bicentenário; metaficção historiográfica; historiografia.

1 Introdução: Começando Pelo Final

Sempre que se discute ficção histórica, a tendência é tratar do gênero como forma: discute-se, principalmente a partir da obra de Lukács, quais as limitações formais do gênero; o quanto de história deve constar em uma obra literária para que ela seja considerada um romance histórico; ou, ainda, como a história – definida através de pesquisa factual e arquivológica – deve figurar dentro de um texto que é, essencialmente, invenção e, por consequência, o oposto dela. No entanto, pouco se discute o gênero da ficção histórica como um campo de tensão entre duas formas de construção de narrativa com valores de verdade distintos (e até mesmo polares). Em outras palavras: ainda que se discuta a forma com a qual a história figura dentro de um romance histórico (vista, por exemplo, na busca despropositada por supostas anacronias e erros históricos), até que ponto se pode admitir que a ficção histórica tenha pretensões de tornar-se alternativa à (ou mesmo substituta da) história?

Os debates sobre os limites entre literatura e história têm estado no centro das discussões acadêmicas de ambas as áreas no continente australiano há pelo menos 30 anos mas foi somente no início do século 21 que tais debates atingiram níveis considerados preocupantes, especialmente para os historiadores. No ano de 2001, o romancista Peter Carey, duas vezes ganhador do prêmio Booker de melhor romance escrito em língua inglesa, lançou seu romance True History of the Kelly Gang (traduzido no Brasil como O Bando de Kelly). Nele, Carey apropria-se da voz de Ned Kelly, o mais famoso dos bandoleiros australianos do século 19 e cria, através de cartas supostamente encontradas em arquivos e bibliotecas australianos (oferecendo, inclusive, números de referência obviamente falsos), uma versão da história do bando de Kelly a partir do ponto de vista – e da voz – de seu líder.

Ainda que o livro de Carey tenha sido lançado como sendo nada mais do que um romance, muitos leitores assumiram aquela narrativa como se fosse uma autobiografia real de Ned Kelly, a ponto de procurarem os “originais” nos arquivos e bibliotecas citados no romance como sendo os retentores dos mesmos. Ironicamente, o próprio título do romance já remete a um debate sobre o valor de verdade da historiografia enquanto construção narrativa (até que ponto uma história é, de

fato, “verdadeira”?) mas isso só contribuiu para que muitos leitores comuns não entendessem que aquele texto era, de fato, uma construção literária e ficcional. Essa confusão causou um certo desconforto entre alguns historiadores, descontentes com os rumos iniciados pelas teorias de pós-modernismo e metaficção historiográfica. Paul Caterson, por exemplo, vê-se compelido a afirmar que

*[a]ll these gestures of postmodern playfulness with “facts” and “fictions” must not lead us to the conclusion that Carey really claims to be the sole proprietor of the outlaw’s “true history”. His “true history” can rightfully claim to be as true to his extra-textual reality as other narrative recreations before. True, it is well-researched and there are not too many deviations from what is generally believed to be “true”. But what [the novel] eventually boils down to is a fictitious text, a narrative concoction.*¹ (CATERSON, 2006, p.39).

Ainda que nos possa parecer risível que tenhamos que ser lembrados de que literatura não é e não deve ser lida como história, o debate acerca de *True History of the Kelly Gang* evidencia uma crescente tensão entre historiadores e romancistas, tensão esta que foi ainda mais exacerbada com a publicação de *The Secret River* em 2005 pela romancista Kate Grenville. O romance, fruto de sua tese de doutorado em escrita criativa, recria a vida de um colono às margens do rio Hawkesbury em meados do século 19, onde ele testemunha um massacre a uma tribo de aborígenes, baseado em um massacre real às margens do rio Hudson em 1838. Grenville afirmou, em inúmeras entrevistas e ensaios críticos, que realizou uma extensa pesquisa aos arquivos históricos australianos para poder recriar o contexto da vida de seu protagonista mas que seu romance não deveria ser lido ou entendido como história (GRENVILLE, 2005, p.151). Por outro lado, a autora também afirmou, em uma palestra no Sydney Institute em 15 de novembro de 2005, que os romancistas teriam mais liberdade do que os historiadores para imaginar o passado e, por isso, a literatura teria mais condições de apropriar-se da historiografia do que a própria história.

Tais afirmações causaram a ira de muitos historiadores, entre eles Mark McKenna e Inga Clendinnen. Em uma palestra que serviu de resposta a algumas das declarações de Grenville, vistas como provocações por muitos historiadores, McKenna afirma que

*If there ever was a case of a novelist wanting her work to be taken seriously as history, it is Grenville, I think. On the one hand, she insists the novel isn’t history; on the other hand she seems torn. The events depicted in The Secret River, she says, really happened, she hasn’t made them up – but hasn’t she? And the novel is based on historical veracity. What’s more, her book, she says, is as close as we’re going to get to understanding what it’s like to be a lonely settler on the banks of the Hawkesbury 200 years ago, and I think with comments like that, it’s not surprising that readers will start to think of these novels as valid history.*² (McKENNA, 2005, p.5)

Já Clendinnen sistematiza as afirmações de Grenville através do que ela denomina empatia aplicada

¹ [t]odos aqueles gestos de brincadeira pós-moderna com “fatos” e “ficções” não devem guiar-nos à conclusão de que Carey de fato afirma ser o único proprietário da “verdadeira história” do bandoleiro. Sua “verdadeira história” pode sim afirmar ser tão verídica frente a sua realidade extratextual quanto outras recriações narrativas o fizeram antes. Fato, ela é bem pesquisada e não há muitos desvios daquilo que é geralmente aceito como sendo “verdade”. Mas no final das contas, [o romance] é um texto ficcional, uma invenção narrativa. (minha tradução)

² Se já houve alguma romancista querer que seu trabalho seja levado a sério como sendo história, essa é Grenville, creio. Por um lado, ela insiste que seu romance não é história; por outro, ela parece dividida. Os eventos retratados em *The Secret River*, ela afirma, realmente aconteceram, ela não os inventou – ou sim? E o romance é baseado em verdades históricas. E mais, seu livro, ela diz, é o mais próximo que conseguiremos chegar para entender a vida de um colono solitário às margens do Hawkesbury há 200 anos, e eu creio que, com comentários assim, não seja surpreendente que os leitores comecem a pensar que tais romances sejam de fato história. (minha tradução)

(*applied empathy*), o que ela define como “*the peculiar talent of the novelist to penetrate other minds through exercising her imagination upon fragmentary, ambiguous, sometimes contradictory evidence*”³ (CLENDINNEN, 2006, p.20) e acusa Grenville de colocar-se em uma posição superior à dos historiadores ao “fazer história” (Id. p.21).

Tanto McKenna quanto Clendinnen vocalizam uma posição que, na verdade, é o ápice de um debate iniciado na Austrália cerca de trinta anos antes, quando o país encorajava a discussão sobre as formas de representação da história nacional em preparação para as celebrações do bicentenário da colonização europeia, em 1988. Para os historiadores, o século 21 trouxe consigo a necessidade de se ressolidificar as fronteiras entre literatura e história, tão fluidas desde o advento das teorias da pós-modernidade e a chamada virada narrativa do fazer historiográfico.

2 O Bicentenário Australiano: Tensões Entre Literatura e História

Quando o país iniciou, em 1976, a organização das celebrações que ocorreriam doze anos depois, o então governo de coalizão (partidos *National* e *Liberal*), de orientação conservadora, decidira que a comemoração levaria em conta um modelo construcionista (MUNSLOW, 1997, p.24) de história, onde a ênfase do bicentenário seria dado aos grandes feitos dos homens britânicos (pois esse modelo exclui as chamadas minorias) frente à inospitalidade da terra. Os nativos australianos, as mulheres e os imigrantes seriam incluídos mas em menor escala uma vez que, para o modelo historiográfico em questão, o palco da história é exclusivamente masculino, branco, heterossexual e europeu.

No entanto, com o retorno do partido *Labor*, de orientação trabalhista, ao governo central em 1983, houve uma mudança drástica na forma como o bicentenário passou a ser pensado. O então primeiro-ministro, Bob Hawke, abraçou os modelos reconstrucionista (Ibid., pp.22-23) – o qual questiona o modelo construcionista através da apresentação de vozes minoritárias ao cânone histórico, ampliando-o, porém mantendo-o – e desconstrucionista (Ibid., pp. 27-28) – o qual considera a virada narrativa na construção historiográfica e entende a história como construção narrativa mais do que simples recontagem de fatos – e foram estes modelos que passaram a ordenar o modo como a história oficial da nação passaria a ser vista. Em outras palavras: o governo trabalhista decidiu romper como o cânone histórico australiano de orientação nacionalista e conservadora, em vigor desde a década de 1950, para passar a incorporar outras vozes que, por sua essência e exclusão do discurso oficial, passam a questionar a validade histórica desse mesmo discurso.

O ápice dessa nova forma de ver e lidar com a história australiana na década de 1980 talvez seja a publicação do The Penguin Bicentennial History of Australia (1987), de John Molony, volume financiado pelo governo. Molony, um historiador até então desconhecido do grande público, assume abertamente uma posição de historiador enquanto construtor do discurso historiográfico e, logo, como sujeito ideológico e posicionado no seu tempo-espço. Molony exclui de sua história os povos aborígenes – não os trata nem mesmo como pré-história do continente, antes da chegada dos europeus. No entanto, ainda que pareça que ele estivesse simplesmente mantendo um discurso construcionista da história, sua justificativa o coloca em outro patamar. Em sua brevíssima introdução ao livro, Molony afirma

*[m]y brief was to write of the land and its white peopling. . . .
Another people are glimpsed fleetingly in these pages. It was not my
privilege to write their history, because I am not one of them. My people
have taken enough from them. It is not for me or any new Australian to beg*

³ o talento peculiar da romancista em penetrar outras mentes através do exercício de sua imaginação em cima de evidências fragmentadas, ambíguas e por vezes contraditórias. (minha tradução)

*those who were here . . . at one with their land for so long before us, to join now in being one people. . . . It is not enough but it is something to say to each of them, the living and the dead, 'Sorry mate'. Reconciliation must be our first aspiration as we celebrate the Bicentenary*⁴. (MOLONY, 1987, pp.ix-x)

A história australiana passa a ser, oficialmente, um campo de tensão entre diferentes versões, todas igualmente possíveis e válidas, conforme sua estrutura narrativa. Tal decisão não foi aceita de forma unânime entre historiadores australianos. Um grupo deles acusava o governo de estar ignorando todos os grandes feitos que construíram a nação até então enquanto outro grupo de historiadores acusava o primeiro grupo de construir uma história oficial falsa, baseada em exclusão. Esse debate, denominado de “*history wars*” – “as guerras da história” – serviu para dar visibilidade não só ao planejamento das celebrações mas, principalmente, às diferentes versões construídas da história australiana. O australiano médio teve acesso a tais debates uma vez que os mesmos ganharam as páginas dos principais jornais impressos do continente durante a década de 1980. A permeabilidade dos debates na opinião pública gerou um fenômeno interessante: diversos romancistas passaram a utilizar-se da liberdade em construir versões da história australiana como mote para a escrita de muitos romances históricos. Uma busca rápida no bando de dados *AustLit*, que compila informações sobre as obras publicadas por ou sobre autores australianos, mostra que há cerca de 170 romances catalogados sob a égide de romance histórico publicados na Austrália entre 1983 e 1991, podendo o número ser ainda maior.

O governo, através da *Australian Bicentennial Authority*, órgão criado para coordenar as festividades de 1988, decide, então, fomentar a escrita de cinco desses romances, os quais tornaram-se os romances históricos oficiais do bicentenário, a saber: *The Sugar Mother* (1988), de Elizabeth Jolley, *Joan Makes History* (1988), de Kate Grenville, *Ancestors* (1989), de Robyn Davidson e *A Lease of Summer* (1990), de Jean Bedford.⁵ Coincidência ou não, somente romancistas mulheres foram abordadas para a escrita de tais romances, dos quais apenas o de Kate Grenville sobreviveu ao teste do tempo, sendo reeditado e lido até hoje. *Joan Makes History* cria uma personagem, Joan, filha de imigrantes nascida em 1º de dezembro de 1901, dia em que as colônias independentes formaram a Federação da Austrália, que se imagina como participante direta dos mais importantes eventos na formação do estado-nação. Nisso, pode-se afirmar que o discurso literário foi usado como elemento central na formação do discurso histórico oficial governamental: a história oficial passa a não mais ser uma, mas plural, inclusiva e acessível ao leitor médio.

Essa democratização dos debates acerca do fazer histórico foi fundamental para a criação de um projeto alternativo do bicentenário: artistas diversos que se apropriaram dos debates sobre história e escreveram romances históricos fora do projeto oficial do governo. De certa forma, pode-se afirmar que esse projeto alternativo contribuiu muito mais para a desmistificação do discurso histórico, fruto do pós-modernismo, do que os romances históricos oficiais tão-somente pela variedade de abordagens. Enquanto os romances históricos oficiais lideram exclusivamente com o olhar feminino sobre a história (masculina), os demais romances traduzem a multiplicidade de discursos alternativos possíveis.

Como visto anteriormente, a mais notória das exclusões do discurso histórico construcionista

⁴ [m]eu objetivo era escrever sobre a terra e sua povoação branca...

Um outro povo é visto de forma muito breve nestas páginas. Não foi meu privilégio escrever a sua história porque não sou um deles. Meu povo já tomou o bastante deles. Não deve ser eu ou qualquer australiano recente a implorar àqueles que estavam aqui . . . em harmonia com a terra por tanto tempo antes de nós, para juntarem-se a nós agora em um só povo. . . . Não é o bastante mas já é alguma coisa dizer para cada um deles, vivos e mortos, “Desculpe, amigo”. Reconciliação deve ser nossa primeira aspiração ao celebrarmos o bicentenário. (minha tradução)

⁵ Olga Masters, que deveria escrever o quinto romance da série, faleceu antes de terminá-lo.

talvez tenha sido a dos nativos australianos. Considerados fauna australiana até meados dos anos 1950, os aborígenes são personagens importantes na formação da Austrália, uma vez que a tensão entre eles e os colonizadores europeus é um elemento central na construção do país. No entanto, a literatura escrita por aborígenes é um fenômeno recente: o primeiro livro publicado por uma escritora aborígene na Austrália, We Are Going, de Oodgeroo Noonuccal, aparece em 1964. A partir daí, a voz aborígene passa a ser cada vez mais presente no sistema literário australiano, com o primeiro romancista aborígene, Mudrooroo, publicando seus romances durante a década de 1970. Mas é em 1983 que surge o primeiro romance histórico aborígene, Doctor Wooreddy's Prescription for Enduring the Ending of the World, também de Mudrooroo. Nele, temos a visão aborígene da “missão civilizatória” europeia na Terra de Van Diemen (atual Tasmânia) e, mais importante, a visão aborígene de história. Os romances históricos aborígenes, cujo outro exemplo mais marcante é The Kadaitcha Sung (1990), de Sam Watson, foram inicialmente confundidos com o realismo fantástico sul-americano mas, na verdade, eles só demonstram a complexidade daquilo que entendemos como sendo uma cosmogonia aborígene. Para os indígenas australianos, as fronteiras entre história, cosmogonia, mitologia e literatura (oral ou escrita) encontram-se em áreas que para nós, praticantes do pensamento cartesiano ocidental, são confusas.⁶

A forma mais popular de romance histórico em escrito por aborígenes na década de 1980 foi, em termos de vendagem e aceitação geral, a autobiografia. Ambos os romances My Place (1987), escrito por Sally Morgan, quanto Don't Take Your Love to Town (1988), de Ruby Langford Ginibi, retratam a vida de famílias de aborígenes imersos numa sociedade de origem majoritariamente europeia e aproximam as angústias da aculturação dos indígenas na sociedade australiana contemporânea dos leitores médios, uma vez que os autores optaram por publicar em inglês e o cunho realista dos romances autobiográficos torna a história aborígene um elemento um quanto mais palatável e, neles, vemos que, para os nativos, a questão genealógica torna-se central para a (re)construção de uma história no sentido mais amplo.

Seria errado, no entanto, supor que apenas escritores pertencentes a grupos minoritários apropriaram-se da pluralidade do discurso histórico para escreverem seus romances. Muitos autores brancos, de descendência europeia, utilizaram-se de paródia para questionar os elementos fundadores da identidade australiana clássica: masculinidade, atitude desbravadora frente à terra inóspita, defesa de seus companheiros (o que os australianos denominam de *mateship*). No romance The Twyborn Affair (1979), de Patrick White, por exemplo, o protagonista percorre quatro décadas – dos anos 1910 a 1950 – e, durante sua jornada, transita entre os extremos do contínuo de gênero, apresentando-se ora como um vaqueiro, ora como uma cortesã. O romance, que é considerado por muitos o Orlando australiano, fragiliza a condição inerente do discurso histórico construcionista: se a história é, nessa perspectiva, uma narrativa construída pelos vitoriosos – sempre homens – e se, como vemos no romance, masculinidade também é um constructo, o discurso histórico passa a ser um constructo baseado em um valor que não é mais absoluto mas, sim, mutável e fluido como ele próprio eventualmente mostrou-se ser.

Talvez o romance de White seja um exemplo extremo da crítica a essa masculinidade enquanto valor inerente à identidade cultural australiana através da história. Em vários romances, os protagonistas masculinos são construídos fora do padrão clássico e é através deles que a história é escrita. Em Holden's Performance (1987), de Murray Bail, Holden, o protagonista, é um homenzarrão desprovido de senso de ironia – ele consegue somente interpretar os fatos históricos dos quais é testemunha a partir de seu valor real. Holden passa a ser, então, uma crítica ao fazer historiográfico clássico que via o historiador apenas como um meio entre o fato histórico e a escrita da história, ignorando a posição ideológica do historiador como sujeito. Já Fly Away Peter (1982), de David Malouf, mostra a amizade homoerótica entre dois *diggers* (soldados australianos) durante a 1ª Guerra Mundial e, em Oscar and Lucinda (1988), de Peter Carey, temos a apropriação paródica

⁶ Para mais informações sobre as relações entre cosmogonia e história aborígenes, ver MARKS DE MARQUES, 2006.

das missões de desbravamento do interior australiano em meados do século 19. Oscar, um pastor anglicano inglês, é construído como um homem extremamente frágil, em oposição polar aos homens australianos rudes e fortes frente à terra mas, no final, é justamente este homem frágil que faz com que seu legado – e, conseqüentemente, sua história, sobreviva.

O exemplo mais emblemático desse questionamento da construção da história é, sem dúvida, Illywacker (1985), também de Peter Carey. Nele, o protagonista e narrador Herbert Badgery, abre sua história afirmando que tem 139 anos de idade e que é, e sempre foi, um mentiroso (CAREY, 1985, p.3). A partir daí, o leitor segue as desventuras desse homem a partir da década de 1920, como testemunha ocular de uma nação cuja orientação identitária cultural muda de um vínculo com a Inglaterra – remanescente do período colonial do século 19 – para um vínculo com a Ásia – em função da proximidade geopolítica e trânsitos econômicos. No entanto, a afirmação de Badgery de que é um mentiroso coloca em xeque seu papel como historiador – e, por extensão, todo historiador passa a ser um mentiroso uma vez que, ao longo do romance, Badgery constrói toda e qualquer interpretação a partir de um único ponto de vista limitado e parcial como sendo, em última instância, mentira. Não existe mais a noção clássica de história como sendo verdade absoluta e do historiador como único retentor dessa verdade.

Conclusão

O projeto pós-moderno de metaficção historiográfica, que revelou as falhas no modelo historiográfico clássico, teve talvez seu melhor exemplo no que ocorreu na Austrália e os exemplos acima citados demonstram que a década de 1980 trouxe debates sobre o âmbito da escrita da história que aproximaram-na da literatura de forma a confundirem-se por, pelo menos, duas décadas. A ficção histórica figurou como elemento central desse momento de celebração de uma ideia de nação baseada na pluralidade e fluidez do discurso da história mas não tanto enquanto gênero ou subgênero do romance mas, sim, enquanto **sintoma** de um momento histórico e cultural bastante típico daquele país.

No entanto, é importante lembrar que, apesar de não ter sido atingido através de seus romances encomendados, o projeto oficial do governo australiano de promover uma discussão sobre a validade do discurso histórico foi atingido, ainda que através de romances históricos que surgiram fora daquele projeto oficial. Literatura e história foram, então, aproximadas de forma a desestabilizar a forma como o australiano médio consome o discurso histórico – e, de certa forma, isso se estende a todos os ocidentais. Ocorre que tal aproximação fugiu do controle a ponto de causar a ira de historiadores, que viram-se perdendo terreno para romancistas pois, ainda que as práticas historiográfica e ficcional possam ter semelhanças no que tange à construção discursiva, ambas têm especificidades que as distinguem. A Austrália é um bom exemplo da falha que o projeto pós-moderno de uso de ironia e paródia na metaficção historiográfica pode tornar-se.

Referências Bibliográficas

- 1] BAIL, M. Holden's Performance. Ringwood: Penguin, 1987.
- 2] CAREY, P. Illywacker. St. Lucia: University of Queensland Press, 1985.
- 3] _____. Oscar and Lucinda. St. Lucia: University of Queensland Press, 1988.
- 4] _____. True History of the Kelly Gang. St. Lucia: University of Queensland Press, 2001.
- 5] CATERSON, S. True Fakes. Eureka Street, v.16.2, p.34-35, 2006.
- 6] CLENDINNEN, I. The History Question: who owns the past? Melbourne: Black Inc., 2006.
- 7] LANGFORD GINIBI, R. Don't Take Your Love to Town. Ringwood: Penguin, 1988.

- 8] LUKÁCS, G. The Historical Novel. Londres: Merlin, 1962.
- 9] MALOUF, D. Fly Away Peter. Ringwood: Penguin, 1983.
- 10] MARKS DE MARQUES, E. A Margem Contra-Ataca: construções de aboriginalidade na literatura australiana contemporânea. Cadernos do IL, n.33, p.147-178, 2006.
- 11] _____. Around 1988: history and/as fiction and the Australian Bicentenary. 2007. 316f. Tese (Doutorado em Literatura e História Cultural Australiana) – University of Queensland, 2007.
- 12] McKENNA, M. Writing the Past: history, literature & the public sphere in Australia. Disponível em <<http://humanitieswritingproject.net.au/MarkMcKenna.pdf>>. Acesso em 20 de jan 2006.
- 13] MOLONY, J. N. The Penguin Bicentennial History of Australia: the story of 200 years. Ringwood: Penguin, 1987.
- 14] MORGAN, S. My Place. Fremantle: Fremantle Arts Centre Press, 1987.
- 15] MUDROOROO. Doctor Wooreddy's Prescription for Enduring the Ending of the World. Melbourne: Hyland House, 1983.
- 16] MUNSLOW, A. Deconstructing History. Londres: Routledge, 1997.
- 17] WATSON, S. The Kadaitcha Sung. Ringwood: Penguin, 1990.
- 18] WHITE, P. The Twyborn Affair. Ringwood: Penguin, 1979.

iAutor(es)

Eduardo MARKS DE MARQUES, Prof. Dr.
Universidade Federal de Pelotas (UFPel)
Centro de Letras e Comunicação
eduardo.marks@mandic.com.br